A INFLUÊNCIA DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: DISCUSSÕES INICIAIS

Maria Beatriz da Costa Monteiro, UFRN, Brasil,
beatriz.monteiro.016@ufrn.edu.br

INTRODUÇÃO

Os processos de privatização da educação são multifacetados e incidem sobre os âmbitos da esfera educacional. Este fenômeno tem sido agudizado mediante articulações e pactos entre empresas do setor privado e governos neoliberais por meio de convênios. Há também organizações coesas formadas por redes como é o caso do *Movimento Todos pela Educação*, composto por instituições como o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Lemann, o Instituto Natura, entre outras, influenciando em políticas educacionais estruturantes, como é o caso da BNCC e Reforma do Ensino Médio.

De acordo com Pereira (2022, p. 66),

o Movimento Todos pela Educação teve papel estratégico na articulação para a construção do Plano Nacional da (sic) Educação, e especialmente as entidades do terceiro setor, cuja relação política é estreita junto às secretarias municipais e estaduais, fortaleceram propostas destinadas à defesa de seus interesses, buscando alinhar a gestão, o currículo, a formação de professores, em conformidade com os interesses do capital.

Destarte, com o alinhamento dos setores educacionais aos interesses capitalistas, inicia-se um processo de precarização da gestão e do trabalho docente. No presente trabalho, apresentaremos aspectos concernentes à incidência dos processos privatistas na formação continuada de professores e a desqualificação laboral.

De acordo com Silva (2023, p. 196), além da desqualificação,

[...] tal processo provoca incidências de cariz estrutural uma vez que contribui para a diluição de fronteiras entre a esfera pública e privada; a delegação de responsabilidade estatal para os setores privados; a subsunção do Estado aos imperativos do mercado no processo de implementação e gestão de determinadas políticas públicas.

Ademais, com relação à verba pública, quando destinada ao setor privado, impacta negativamente na qualidade da gestão da educação e demais setores de domínio público diante da ausência do retorno do que foi investido.

Segundo Blandy e Dowbor (2022), os impactos atuais do processo de mercantilização e financeirização da educação resultam da privatização dos serviços públicos iniciada na década

de 1990, dentro do cenário marcado pela implementação de políticas públicas voltadas para a educação, como a LDB 9.394/96, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF -Lei n .9.424/96, entre outras legislações que viabilizam as Parcerias Público-Privado (PPPs).

No que concerne ao processo de formação continuada, Silva (2020, p. 80) pondera que essa etapa “está atrelada também a políticas de organizações internacionais que intervêm na elaboração das políticas educacionais”, destacando a intervenção do Terceiro Setor nas tomadas de decisões no gerenciamento das políticas educacionais do Brasil.

Logo, estando a formação continuada constituída como elemento de garantia da política de valorização docente, sendo “ um dos caminhos para uma educação de qualidade” (Silva, 2020, p. 144), é relevante analisar criticamente como se consubstancia a dinâmica privatista e a lógica mercantil na esfera pública, especificamente, nas ações voltadas para a formação docente. São objetivos desta investigação: analisar as incidências da privatização nas políticas de Formação Continuada da rede pública de educação potiguar; analisar as potencialidades, limites e vicissitudes da Política de Formação Continuada como na Rede Pública de Educação Potiguar; aprofundar análises sobre a oferta de formação continuada na esfera pública, por meio de parcerias com institutos e fundações privadas e os Centros de Formação de Professores no Rio Grande do Norte e da esfera municipal -, com ênfase nos municípios de Natal/RN e Angicos/RN.

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, está sendo realizada nos formatos documental, por meio de levantamento e análise dos documentos oficiais que regem a Política de Formação Continuada em níveis nacional, estadual e municipal, revisão da literatura e análise de dados.

Considerando que esta pesquisa abordará os desdobramentos da inserção das parcerias público-privadas no processo de execução das políticas de formação continuada, a investigação será realizada partindo de uma análise na perspectiva do Materialismo Histórico Dialético, histórica, considerando a realidade em um contexto social, político e econômico, compreendendo o conjunto de processos presentes na sociedade, dentro das categorias da Totalidade, Contradição e Mediação.

As parcerias público-privadas na formação continuada de professores como fator de precarização do trabalho docente

De acordo com Nascimento (2018, p. 45),

as políticas públicas sociais são vistas como um obstáculo, dado que a intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses do capital. Em decorrência disso, os neoliberais conservadores do capitalismo não defendem a responsabilidade do Estado sobre a educação pública para todos, propondo que o ele divida esse “compromisso” com o setor privado. Em contrapartida, o governo deve assegurar a reprodução da força de trabalho e a passividade na aceitação das condições impostas.

No cenário atual, no tocante à oferta de formação continuada, a parceria entre órgãos públicos e o setor privado é considerada por estudiosos como um problema, tendo em vista que o processo de mercantilização diante dos convênios de empresas privadas com estados e municípios reflete na desresponsabilização da oferta de formação continuada, sendo esta de responsabilidade dos órgãos públicos.

Sendo a escola considerada um ambiente de redução de desigualdades e de acesso a oportunidades (Gomes; Melo, 2021, p. 4), o aprofundamento da desigualdade social dá-se em função do projeto de sucateamento da educação, sendo este resultante da ausência de investimentos e da mercantilização, cujo orçamento que a princípio estaria destinado para melhorias é revertido para instituições privadas, favorecendo apenas um setor.

No contexto atual da maioria dos municípios brasileiros, a responsabilidade da gerência da educação encontra-se direcionada à empresas do Terceiro Setor, considerada como uma estratégia de inserção do setor privado na administração da educação pública e de desestruturação do ensino, contribuindo para o aprofundamento da estrutura da desigualdade social no país (Blandy; Dowbor, 2018, p. 1851).

Entre outros aspectos, o redirecionamento da oferta de formação continuada de professores da rede pública de ensino contribui para a precarização do trabalho docente, considerando a preocupação com a qualidade da formação que está sendo ofertada por essas instituições, na maioria das vezes enviesadas apenas no conceito de competência profissional instituído pela política neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o atual cenário de desestruturação da educação, desvalorização e precarização do trabalho docente, em especial em estados e municípios com relação à oferta de formação continuada a partir do convênio com instituições privadas, podemos observar que essas parcerias interferem no investimento na educação pública, haja vista que os recursos que seriam inicialmente destinados à melhorias das condições de trabalho, entre outras demandas educacionais, seriam revertidos para essas instituições privadas, sendo considerado um

agravante da desvalorização da profissão docente, por se tratar de verba pública aplicada no setor privado.

Cabe ressaltar que no processo de formação continuada deve-se considerar o que está proposto nas políticas de valorização docente, garantindo ao professor, além da formação de qualidade, boas condições de trabalho, Planos de Carreira e remuneração, contribuindo para o seu desenvolvimento profissional.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C.A. A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, [S. l.], v. 8, 2018. DOI:10.17648/fineduca-2236-5907-v8-79084. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/79084>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BLANDY, B.; DAWBOR, L. Impactos da financeirização da educação brasileira: do Ensino Superior ao ciclo Básico. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.20, n.4, p.1848-1877, out/dez de 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/54154>. Último acesso em: 02 set. 2024.

GOMES, S.; MELO, F.Y.M. POR UMA ABORDAGEM ESPACIAL NA GESTÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: EQUIDADE PARA SUPERAR DESIGUALDADES. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e234175, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/y4pScPn3NtrcFXQmTFGsjz/?lang=pt&format=pdf>. Último acesso em: 02 set. 2024.

NASCIMENTO, T.O.S. **O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO**. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2018.

PEREIRA, Mary Jose Almeida. **Formação Continuada de Professores do Estado do Pará via relação Público-Privada: uma análise do Projeto Trilhas do Instituto Natura em Benevides-Pará**. 2022. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SILVA, C.B. **Políticas públicas para formação continuada de professores do campo no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR): uma reflexão sobre as contradições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 165–177 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista (BA), 2020.

SILVA, M.V. Relações de trabalho no contexto do Programa Jovem do Futuro: dimensões da precariedade laboral. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 37, n. 79, p. 167–200, 2023. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v37n79a2023-65608. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/65608>. Último acesso em: 8 fev. 2025.